



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ



Memorando nº 030/2023

Bandeirantes, 14 de julho de 2023

De: Departamento de Licitação
Para: Procuradoria Jurídica

Solicitamos parecer jurídico acerca da **REVOGAÇÃO** da Licitação Pregão Eletrônica nº 41/2023, no qual foi apresentado Apontamento Preliminar de Acompanhamento (APA) sob nº 27890 pela Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão – CAGE do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Nada mais, colocamo-nos à disposição para eventuais dúvidas que se fizerem necessárias.

CIBELE GUSMAO
FONTOLAN DA
SILVA:00459454978

Assinado de forma digital por
CIBELE GUSMAO FONTOLAN
DA SILVA:00459454978
Dados: 2023.07.14 16:08:09
-03'00'

Cibele Gusmão Fontolan da Silva
Diretora da Divisão de Licitação

REPUBLICAN PARTY OF THE STATE OF TEXAS

CONSTITUTION



ADOPTED AT THE ANNUAL CONVENTION

1854

OF THE

ARTICLE I. The Republican Party of the State of Texas, organized and incorporated under the laws of the State of Texas, do hereby certify that the following is the Constitution of the same, as adopted at the annual convention held at the city of Austin, Texas, on the 15th day of September, 1854.

ARTICLE II. The Republican Party of the State of Texas, organized and incorporated under the laws of the State of Texas, do hereby certify that the following is the Constitution of the same, as adopted at the annual convention held at the city of Austin, Texas, on the 15th day of September, 1854.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ ASSESSORIA JURÍDICA



PARECER JURÍDICO Nº 1364/2023

REFERÊNCIA: PROCESSO ADM 124/2023

INTERESSADO: DIVISÃO DE LICITAÇÕES

ASSUNTO: *REVOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO*

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de expediente encaminhado pela Divisão de Licitações para análise e parecer jurídico quanto à possibilidade revogação da licitação epigrafada.
2. Houve uma fiscalização do TCE incidente sobre processo e a Administração Pública entendeu que o processo estava em desconformidade com as normativas legais.
3. A Assessoria Jurídica ao fazer a análise dos aspectos legais, não constatou nenhuma irregularidade, embora tivesse recomendado que os preços praticados fossem os de mercado, fosse adotados critérios objetivos e fosse realizada análise pelo Controle Interno. Não foi objeto da análise, assim como em outros processos, as questões de ordem técnica e que fogem do âmbito jurídico.
4. Aliás, os aspectos jurídicos dos pareceres são produzidos de forma estrita, ponto em que os temas técnicos, não jurídicos e que compõem o mérito administrativo não são enfrentados de forma conclusiva, vindo a se desdobrar como mera opinião ou recomendação, preservando-se sempre a discricionariedade da autoridade a que a presente peça é dirigida, no que tange ao acatamento ou não do conteúdo formulado.
5. A revogação do processo é possibilidade legal, mediante exercício discricionário do agente público para atender ao interesse da coletividade.
6. É o breve relatório, estudada a matéria, passo a opinar.

II – FUNDAMENTAÇÃO

7. A revogação do processo administrativo de licitação é ato dotado de discricionariedade, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93:

Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

8. Deve ser explicitado o motivo que determina a revogação do ato administrativo, os termos do artigo de lei supra mencionado. É, portanto um juízo de mérito e não uma



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ ASSESSORIA JURÍDICA

análise da juridicidade ou legalidade do procedimento que se convolou em ato. Nesse sentido, José dos Santos Carvalho Filho esclarece que a revogação:

É o instrumento jurídico através do qual a Administração Pública promove a retirada de um ato administrativo por razões de conveniência e oportunidade. Trata-se de um poder inerente à Administração. Ao mesmo tempo em que lhe cabe sopesar os elementos de conveniência e oportunidade para a prática de certos atos, caber-lhe-á também fazer a mesma avaliação para retirá-los do mundo jurídico. Na verdade, não se poderia mesmo conceber que alguns atos administrativos perdurassem infinitamente no universo jurídico, contrariando critérios administrativos novos, os quais, embora supervenientes, passem a refletir a imagem do interesse público a ser protegido. A revogação vem exatamente ao encontro da necessidade que tem a Administração de ajustar os atos administrativos às realidades que vão surgindo em decorrência da alteração das relações sociais. (CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de direito administrativo*. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2015, p. 168)

9. No que alcança a juridicidade do caso é o que se tinha a explicitar, ocasião em que não se pode deixar de alertar a Administração para as disposições do art. 49, §3º, da Lei nº 8.666/93: *“no caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa”*.

III - CONCLUSÃO

10. Diante do exposto, opina-se pela possibilidade de **revogação do certame** nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93, **devendo** a autoridade competente, **mediante parecer escrito e devidamente fundamentado**, revogar o ato então produzido.

11. Para que a revogação seja válida, deve haver a motivação de interesse público que se expressa por meio de parecer técnico, já que o advogado, no máximo faz objeções pertinentes ao controle de legalidade pelo parecer jurídico que não tem força de decisão.

É o parecer, salvo melhor interpretação. Ressalte-se que o presente Parecer Jurídico foi elaborado tão somente sob o ângulo jurídico expressando a opinião de seu signatário e, por não ter densidade normativa, não alcança os critérios de conveniência e oportunidade administrativa, escoimando ainda, qualquer responsabilidade de seu signatário conforme o art.2º, § 3º da Lei n. 8906/94 e entendimento do STJ no RHC: 39644 RJ 2013/0238250-5.

Bandeirantes, 14 de julho de 2023.

VINICIUS ALVES
SCHERCH

Assinado de forma digital por
VINICIUS ALVES SCHERCH
Dados: 2023.07.14 16:22:47 -03'00'

VINÍCIUS ALVES SCHERCH
OAB/PR 61.358